

## Jornalismo, racionalidade e senso comum: fundamentos reflexivos sobre a atenuação dos paradoxos cotidianos pela atividade noticiosa<sup>1</sup>

Journalism, rationality and common sense: reflexive elements about the daily paradoxes attenuation by news activity

### Marcos Paulo da Silva

Doutorando em Comunicação Social, pela Universidade Metodista de São Paulo – Unesp; bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; mestre em Comunicação, pela Universidade Estadual Paulista – Unesp, campus Bauru, São Paulo.

E-mail: silva\_mp@uol.com.br

#### Resumo

O artigo tem como objetivo propor reflexões, no campo teórico, acerca da relação entre jornalismo, senso comum e a experiência racional moderna, bem como sobre o envolvimento da atividade jornalística no processo de construção simbólica da regularidade cotidiana. Busca-se, ao fim, uma síntese reflexiva a respeito da construção simbólica do acontecimento jornalístico, propondo um modelo interpretativo pendular para a relação entre o jornalismo e a “planificação” dos paradoxos do mundo social.

**Palavras-chave:** Jornalismo. Racionalidade. Senso comum.

#### Abstract

The article aims to propose reflections, in the theoretical field, about the relationship between journalism, common sense and the modern rational experience, as well as the involvement of the journalistic activity in the symbolic construction process of daily order. At the end, it will find a reflexive synthesis about the symbolic construction of journalistic event, proposing a “pendulous” interpretative model for the relationship between journalism and the attenuation of social world paradoxes.

**Keywords:** Journalism. Rationality. Common sense.

<sup>1</sup> Uma versão preliminar e resumida das reflexões propostas neste artigo foi apresentada no VIII Encontro Nacional de História da Mídia, realizado em Guarapuava, no Paraná, em abril de 2011.

**Jornalismo, racionalidade e senso comum: fundamentos reflexivos sobre a atenuação dos paradoxos cotidianos pela atividade noticiosa****1. Para situar o debate**

O presente artigo tem como objetivo propor reflexões, no campo teórico, acerca da participação da atividade jornalística no processo de construção simbólica da regularidade cotidiana. Para tanto, baseia-se na hipótese de pesquisa segundo a qual o jornalismo, a partir de seus critérios de seleção de notícias, constitui-se em uma construção cultural que atua sobre os paradoxos do mundo social, disseminando (não somente por meio de seu conteúdo, mas também nos planos ético-político e estético-expressivo) um sentido de ordenamento cotidiano e equilíbrio simbólico.

A partir do pressuposto teórico de que a prática de seleção noticiosa transcodifica e, ao mesmo passo, dissemina os padrões culturais vigentes na sociedade, pretende-se elencar reflexões sobre a experiência racional moderna (sobretudo a partir de seu aspecto temporal), entendendo-a como um padrão cultural com efeitos no plano discursivo. Antes, porém, torna-se necessário um debate preliminar sobre a relação entre jornalismo, racionalidade e senso comum, colocando no centro do debate o modo como a atividade jornalística se estabelece em consonância com uma ordem simbólica consensualmente instituída (“doxa”). Busca-se, ao fim, sem a pretensão de esgotar o debate, uma síntese reflexiva a respeito da construção simbólica do acontecimento jornalístico, propondo um modelo interpretativo pendular para a relação entre a atividade noticiosa e a “planificação” dos paradoxos do mundo social.

**2. “Doxa” x “Episteme”: jornalismo e senso comum**

De origem etimológica grega, a noção de “doxa” ganha destaque no campo filosófico a partir das reflexões de pensadores da retórica clássica. Em oposição à ideia de “episteme”, tida como conhecimento verdadeiro e racionalmente observável, a “doxa” – nesta perspectiva – representa o campo do sensível e da opinião, noção que intrinsecamente abre mão do rigor racional em nome do juízo corrente. O termo é também posto em relevo pela filosofia platônica ao ser interpretado, dentre outras reflexões, como um dos aspectos do clássico mito da caverna – incorporado, neste caso, ao mundo das sombras, das sensações, em oposição ao conhecimento verdadeiro do mundo exterior à caverna. A “doxa” caracteriza, assim, um estágio intermediário entre o conhecimento decorrente da verdadeira realidade (externa à caverna) e o não conhecimento. Em suma, a partir da concepção platônica, a oposição entre “doxa” e “episteme” localiza-se na distinção entre opinião corrente e intelecto (PLATÃO, 1991; CHAUI, 2003).

Na concepção aristotélica, o conhecimento discursivo da realidade pode ser considerado sob ambos os ângulos:

configura-se “episteme”, se provido de premissas necessárias (ancoradas na realidade concreta), ao passo que pode ser encarado também como “doxa” se tais premissas forem contingentes, ou seja, se o conhecimento for baseado em algo eventual, que pode ou não suceder ou existir. A “doxa”, portanto, pode ser entendida na concepção de Aristóteles como “algo que poderia ser de outro modo”; ou, em outros termos, como algo não necessariamente verdadeiro, mas consensualmente estabelecido (ARISTÓTELES, 1978; CHAUI, 2003).

No campo das ciências sociais, diferentes autores têm traçado reflexões a respeito da relação entre o mundo social e a “doxa” – entendida, neste caso, como opinião corrente consensual, mas não necessariamente “verdadeira”; ou ainda, apenas “senso comum”. Nome proeminente no âmbito da Sociologia e da teoria social, Pierre Bourdieu<sup>1</sup> fez uso corrente da noção aristotélica em suas análises e reflexões conceituais. Já na abordagem específica relacionada à comunicação, nomes como Roland Barthes (1988), em seu ensaio sobre as linguagens sociais, e o brasileiro Muniz Sodré (2009), em sua recente obra, na qual procura traçar considerações sobre uma teoria do acontecimento, são exemplos de pensadores que abordaram a questão de modo interessante.

Ao distinguir as diferentes linguagens sociais em socioletos “acráticos” e “encláticos”, Roland Barthes retomou a noção de “doxa” para demonstrar os modos de operacionalização da linguagem no âmbito dos poderes socialmente estabelecidos. Assim, a “doxa”, segundo o autor francês, consiste na mediação cultural e discursiva por meio da qual o poder (ou o não poder) articula-se para se expressar. Em suas palavras:

O discurso enclático é um discurso conforme a “doxa”, submetido a códigos que são eles próprios as linhas estruturantes da sua ideologia. E o discurso acrático enuncia-se sempre em graus diversos, contra a “doxa” (seja ele qual for, é um discurso “para-doxal”). Esta oposição não exclui as gradações no interior de cada tipo; mas, estruturalmente, a sua simplicidade mantém-se válida enquanto o poder e o não poder estão no seu lugar (BARTHES, 1988: 97).

Neste cenário, o discurso enclático, marcado pelas mediações da “doxa”, não se materializa exclusivamente como o discurso da classe que está no poder, mas, de forma mais complexa, como o discurso do consenso, do senso comum – ou, nas palavras de Pierre Bourdieu (1997), como o discurso que possibilita a manutenção da ordem simbólica estabelecida. Ainda além, advertiu Barthes (1988: 98), tra-

<sup>1</sup> Ver, para as reflexões deste trabalho, Bourdieu (1997; 2009).

### Jornalismo, racionalidade e senso comum: fundamentos reflexivos sobre a atenuação dos paradoxos cotidianos pela atividade noticiosa

ta-se de um discurso pleno, pois “nele não há lugar para o outro (donde a sensação de sufocação, de empeçamento que pode provocar em quem dele não participa)”. Por ser aparentemente natural e consensual, o discurso enclítico torna-se também pouco identificável. Como exemplo de sua operacionalização na sociedade apresenta-se, além do linguajar formal, o discurso da cultura de massas e, especialmente, o do jornalismo convencional.

De outro lado, o discurso acrático está presente nos discursos das minorias, ou seja, em todas as linguagens sociais que se elaboram na periferia da “doxa” – são, portanto, “para-doxais”. Trata-se das linguagens que procuram romper com a ordem simbólica estabelecida e que, por isso mesmo, são recusadas por ela. Adotando como premissa que os socioletos agem para impedir as expressões contrárias e que o conflito entre eles se dá por modos de “intimidação”, entende-se que os discursos acráticos – “fora do consenso” – recorrem necessariamente à “violência simbólica” para constranger os discursos da “doxa”. Ferem, portanto, a ordem simbólica vigente.

Neste sentido, o entendimento do discurso jornalístico como uma modalidade de discurso enclítico, proposta de Roland Barthes adotada na perspectiva deste trabalho, possibilita uma primeira reflexão pertinente: visto em consonância com a noção aristotélica de “doxa”, o jornalismo pode ser compreendido como um modo particular de prática cultural que age em consonância – no mercado das trocas simbólicas – com uma determinada ordem consensual.

Muniz Sodré (2009) foi também pontual ao abordar a relação entre jornalismo e “doxa”. Para este autor, embora o senso comum estabeleça-se no campo do sensível (em oposição ao conhecimento sistemático, à “episteme”), a atividade jornalística atua de modo a não desprezar o conhecimento “doxal”, aspecto que se faz necessário na construção de um sentido de “pertencimento à comunidade”. Disse o autor:

Senso comum é um nome para o conhecimento daquilo que os gregos chamavam de “doxa”, isto é uma experiência da realidade limitada à sensibilidade, às notas acidentais contingentes e variáveis, às representações sociais que reduzem a complexidade factual a imagens de fácil trânsito comunicativo – traduzidas em “opinião”. É o tipo de conhecimento posto em suspeição pela doutrina platônica das ideias, por estar confinado na esfera do visível e imediato, do *topos horatos*. A lição implícita do jornalismo, entretanto, é não se poder fazer pouco caso do senso comum, por ser ele estabilizador da consciência e mobilizador do pertencimento à comunidade (SODRÉ, 2009: 45).

Nesta perspectiva, apontou Muniz Sodré (2009: 46), embora de acordo com a filosofia grega existam duas modalidades conceituais de “verdade” – a “verdade do necessário” (pertencente à lógica e ao conhecimento racional) e a “ver-

dade do verossímil” (pertencente à retórica) –, somente uma delas – a que se relaciona com a verossimilhança – é privilegiada pela prática jornalística. Segundo o referido autor, os jornalistas, em geral, atuam de acordo com a ideia de que expressam a “verdade do cotidiano ou da vida social imediata”. A verdade é, então, “entendida do modo mais familiar ao senso comum que é a noção da correspondência do enunciado aos fatos do mundo” (SODRÉ, 2009: 46).

Outro aspecto abordado por Muniz Sodré na relação entre jornalismo e senso comum consiste na questão da credibilidade. Neste contexto, relatou o autor em tela, a credibilidade junto ao público leitor é incorporada ao conhecimento jornalístico “não como garantia da verdade lógica, e sim como a caução da ‘veracidade’, entendida como verossimilhança ou como um apego, uma inclinação, para a verdade ‘consensualmente’ estabelecida em torno do fato” (SODRÉ, 2009: 47-48). Trata-se, portanto, de uma verdade “prática”, vinculada à “doxa”, ao senso comum, que se distancia – no plano discursivo – da verdade considerada “lógica”, ligada à noção de “episteme”.

### 3. Descontinuidade histórica x Continuidade discursiva

Todavia, há complexidade na relação entre jornalismo e senso comum. Embora inscrito num discurso “doxal”, como apontado anteriormente, a prática jornalística também repercute – discursivamente – elementos de uma determinada ordem racional, respaldada socialmente como padrão cultural moderno. A presença desse filão racional-discursivo no jornalismo, por sua vez, não pode ser entendida de maneira simplista, desvinculada de uma matriz histórica que a precede. Um olhar para a história da imprensa ocidental mostra que, no período que antecede a consolidação da chamada imprensa de bases empresariais, a atividade jornalística encontra amparo num modelo liberal que estabelece seu discurso atrelado à concepção de esfera pública. Sobre tal aspecto, sublinhou Muniz Sodré:

Desde o começo do século XIX, a atividade jornalística se associava à racionalidade discursiva que, no século anterior, caracterizava a “esfera pública”, materializada em cafés, clubes e revistas. E tudo isso podia ser descrito pelo termo genérico de “literatura”, uma vez que esta designação ainda não tinha se fixado definitivamente como uma “expressão de subjetividade” concretizada em romance ou poesia (SODRÉ, 2009: 63).

Voltado ao mesmo recorte histórico, Wilson Gomes (2009) destacou o fato de tal modelo “liberal-iluminista” de imprensa caracterizar-se pela constituição de um discurso de autolegitimação baseado na concepção-chave da “defesa do interesse público”. Explicitou Gomes:

O discurso de autolegitimação do jornalismo é hábil em empregar o interesse público – ou a classe de temas e

**Jornalismo, racionalidade e senso comum: fundamentos reflexivos sobre a atenuação dos paradoxos cotidianos pela atividade noticiosa**

termos com que ele é expresso – como princípio maior da sua deontologia. A prescrição é precisa e vale como determinação moral: nos casos em que dois valores morais entram em conflito, o jornalista deve obedecer àquele valor que se relacionar diretamente à satisfação do interesse público. (...) O importante é que o interesse público – entendido aqui como o direito que o público tem de saber determinadas coisas do seu próprio interesse – seja preservado. (GOMES, 2009: 71).

Contudo, passados dois séculos de mudanças históricas estruturais – período caracterizado pela substituição do Estado aristocrático pelo Estado burguês e, conforme ressaltou Gomes (2009: 75), pela própria alteração no sentido de “opinião pública” –, modificou-se o estatuto do “fazer jornalístico” sem que este – o jornalismo – abrisse mão, no plano discursivo, de sua antiga questão da autolegitimação. A passagem do chamado jornalismo “de opinião” para aquele estabelecido em bases empresariais, portanto, carrega em si o paradoxo entre a descontinuidade histórica (traduzido em rupturas nos padrões econômicos, políticos e socioculturais) e a continuidade discursiva (estruturado ao redor de um quase idêntico discurso autolegitimador).

Relação análoga – entre descontinuidade histórica e continuidade discursiva – pode ser identificada no pretenso sentido de racionalidade mantido pelo discurso jornalístico desde o jornalismo “da esfera pública” ao de bases industriais. Tal racionalidade, se por um lado distanciou-se de algumas das principais premissas do pensamento racional clássico (que alimentava os jornalistas literatos do século XIX), tais como o rigor científico no acesso à realidade concreta, por outro lado decalcou no discurso jornalístico moderno um padrão cultural marcado por aspectos racionais de temporalidade e valorização da objetividade (em detrimento da subjetividade, oriunda de outros modos do saber). Trata-se da configuração no plano discursivo da experiência racional como padrão cultural moderno.

#### 4. A racionalidade como experiência moderna

Caracterizado como um dos principais traços da modernidade, o predomínio da dimensão temporal sobre a dimensão espacial inscreveu-se socialmente como um padrão cultural fundamental na experiência cotidiana. Tal premissa se sustenta, conforme apontou Sodré (2009: 84), pois o espaço consiste na principal dimensão “desvalorizada” pelo pensamento modernizante. Nas palavras do autor, “a partir do movimento das ações cotidianas (...), cria-se uma unidade que correlaciona de perto o fluxo das coisas e da cultura, e faz do tempo a entidade métrica do movimento ou da passagem, inscrevendo os resultados da medição em calendários e relógios”. A experiência cotidiana moderna passa, assim, pela linearidade temporal, “cujo con-

teúdo mais evidente é a ideia de progresso, ou seja, mudar-se para melhorar ou progredir” (SODRÉ, 2009: 84).

Neste mesmo sentido, localiza-se no bojo da modernidade a valorização da noção de “atualidade”, processo que se traduz na reorganização cultural da experiência temporal. Em outros termos, conforme ilustrou Sodré (2009: 60), significa dizer que, para além das mudanças na experiência espacial (pautadas, sobretudo, pelo advento das novas técnicas de medição), a experiência temporal moderna passa – do mesmo modo – pelos sentidos disseminados pela cronologia do relógio: a ideia de “atual” estabelece-se, então, como promotora de um “curto-circuito entre passado e presente” – traço fundamental que passou a orientar a experiência cotidiana.

Tais alterações nos modos de experimentação do cotidiano podem ser encaradas como sintomas da racionalidade na experiência moderna. Em outros termos:

No momento em que se concebe a hipótese de um futuro diferente do passado, dá-se o rompimento com o mundo da tradição e das ordens eternizadas. Desde o Iluminismo, a história afirma-se como aspiração a uma unidade racional, distinta das histórias exemplares narradas, trabalhada pelos historiadores e pelos filósofos. Os acontecimentos deixam de ser pensados no quadro de uma desordem ontológica (a heterogeneidade das experiências) para serem enfeixados no conceito de uma entidade maior, racional e teleologicamente orientada no sentido de progresso (SODRÉ, 2009: 60-61)

Trata-se, assim, nas reflexões de Jesús Martín-Barbero (2003), do “longo processo de enculturação”, caracterizado na modernidade pelas “rupturas no sentido de tempo” e pelas “transformações no modo de saber”. Para o autor colombiano, a linearidade instaurada no sentido de tempo pelas mediações que posteriormente se tornariam massivas rompeu com a temporalidade cíclica que caracterizava as festas e outras manifestações populares nas sociedades que a antecedem. Disse o autor: “As festas, com sua repetição, ou melhor, com seu retorno, balizam a temporalidade social nas culturas populares. Cada estação, cada ano, possui a organização de um ciclo em torno do ‘tempo denso’ das festas” (MARTÍN-BARBERO, 2003: 142). Por outro lado, “a aparição do relógio possibilita a ‘unificação’ dos tempos e a ‘descoberta’ pelo mercador do ‘valor’ do tempo dá origem a uma nova moral e a uma nova piedade” (MARTÍN-BARBERO, 2003: 143). O tempo-vivido, ressaltou Martín-Barbero (2003: 143), foi substituído pelo tempo-valor, “o tempo valorizado, ou melhor, a fonte do valor, já não é o da circulação do dinheiro e das mercadorias, mas o da produção, o do trabalho enquanto tempo irreversível e homogêneo”.

Tal redefinição no sentido de temporalidade pode ser encarada, portanto, como sintoma de um processo de mutação cultural. Assim, nas palavras de Sodré (2009: 61), “é



### Jornalismo, racionalidade e senso comum: fundamentos reflexivos sobre a atenuação dos paradoxos cotidianos pela atividade noticiosa

cada vez mais próprio da modernidade ocidental tomar o tempo como “fonte para a solução dos problemas” – ou seja, trata-se da tarefa moderna de pautar o fato pelo “atual” (pelo “aqui e agora”) e singularizá-lo para esclarecê-lo. Margeada por essa nova noção de temporalidade, emergiu também uma concepção moderna de notícia: “sempre em busca de algum esclarecimento ou de uma unidade social explicativa no cotidiano da cidadania, daí o prestígio dessa pretensa unidade dos microaspectos singularizados do fato” (SODRÉ, 2009: 61).

Nessa nova caracterização da temporalidade na modernidade, norteadas pelo solapamento do “tempo denso”, do “tempo-vivido”, respalda-se ainda uma nova marcação rítmica que caracteriza a experiência cotidiana da sociedade massiva. Conforme destacou Muniz Sodré (2009: 85), a ideia de cotidianidade – “onde a temporalidade é descontínua e múltipla” – passou a ser racionalizada pelo fracionamento resultante da temporalidade cronológica. Esse novo tempo, cronologicamente pontuado e ritmado (padrão cultural que advém da experiência racional na modernidade), por sua vez, incorporou-se e tornou-se predominante também no senso comum, marcando – no plano simbólico – a experiência cotidiana consensualmente construída.

Entretanto, para além dos aspectos temporais, a experiência racional moderna caracteriza-se ainda por uma fundamental “transformação nos modos de saber”: a valorização do conhecimento objetivo no acesso à realidade. Entendida como componente essencial do que Martín-Barbero (2003) denominou de “processo de enculturação” na modernidade, a valorização do conhecimento racional-objetivo nos modos de sociabilidade moderna projeta-se diretamente nas “transformações do saber e dos modos populares de sua transmissão” (MARTÍN-BARBERO, 2003: 144). Martín-Barbero utilizou-se da personagem popular “bruxa”, imagem criada em torno das antigas feiticeiras (mulheres que dominavam um tipo particular de saber transmitido de geração a geração) – bem como do processo de perseguição ao “saber mágico” na sociedade moderna – para tornar clara sua argumentação sobre a nova concepção de sociabilidade:

A bruxa sintetiza para os clérigos e os juízes civis, para os homens ricos e cultos, o mundo que é preciso abolir. Porque é um mundo descentrado, horizontal e ambivalente que entra em conflito radical com a nova imagem do mundo que esboça a razão: vertical, uniforme e centralizado. (MARTÍN-BARBERO, 2003: 144-145).

Em sentido semelhante, prosseguiu Martín-Barbero (2003: 145), a escola desempenha “papel preponderante” no solapamento dessa consciência popular e do “tempo denso”, cíclico, substituído pelo tempo cronológico da racionalidade moderna:

A aprendizagem da nova sociabilidade começa pela substituição da nociva influência dos pais – principalmente da mãe – na conservação e transmissão das superstições. E passa, sobretudo, pela mudança nos modos de transmissão do saber. Antes se aprendia pela imitação de gestos e através de iniciações rituais; a nova pedagogia neutralizará a aprendizagem ao intelectualizá-la, ao convertê-la em uma transmissão desapaixonada de saberes separados uns dos outros e das práticas. (MARTÍN-BARBERO, 2003: 145-146)

Portanto, a segmentação do tempo em unidades cronológicas e métricas (voltadas a um futuro “unidimensional e contínuo”), bem como do conhecimento em unidades intelectualizadas e objetivas, marca a nova sociabilidade de uma sociedade, que passa a responder por “massiva”. A atividade jornalística, neste contexto, não foge à regra e, ainda além, vincula a esta nova sociabilidade algumas de suas principais premissas – tais qual a noção de credibilidade, “principal capital simbólico do jornalista”. A credibilidade, conforme apontou Sodré (2009: 42-43), traduz-se, então, num “pacto induzido pela bandeira da objetividade, fincada no solo da cultura jornalística desde meados do século XIX”. Assim, a atividade jornalística, entendida como uma construção cultural particular, estabelece suas marcações simbólicas entre a racionalidade moderna e o senso comum, contribuindo para a disseminação de um sentido próprio de cotidianidade.

#### 5. Jornalismo, racionalidade e senso comum: subsídios para a reflexão

O valor racional da argumentação científica consolida-se na modernidade ao sobrepor-se às antigas fórmulas retóricas que caracterizavam o pensamento filosófico (SODRÉ, 2009: 66). De outro lado, porém, conforme ressaltou Muniz Sodré (2009: 66), este mesmo racionalismo teórico – caro ao conhecimento científico – projeta-se socialmente de modo indiferente à atividade informativa – esta, caracterizada pelo “ato receptivo” e pela “atenção ao público”. Por sua vez, a atividade jornalística, ao tangenciar uma determinada racionalidade discursiva, mas – ao mesmo passo – compactuar, como regra geral, “com os estereótipos do senso comum” (SODRÉ, 2009: 67), desenvolve, no campo ontológico, uma trajetória de estatuto próprio.

Embora o teórico alemão Otto Groth<sup>2</sup> tenha se empenhado, ainda no século XIX, em defender um estatuto científico

<sup>2</sup> Com a preocupação de enquadrar o jornalismo como mais uma ciência no grande escopo das ciências humanas, Otto Groth sublinhou quatro características fundamentais aos periódicos. A atualidade diz respeito à relação dos fatos com o tempo presente. A periodicidade se refere à repetição regular no tempo

**Jornalismo, racionalidade e senso comum: fundamentos reflexivos sobre a atenuação dos paradoxos cotidianos pela atividade noticiosa**

co ao jornalismo e outros autores tenham se dedicado, em diferentes frentes e momentos, a apontar aspectos do jornalismo como forma de conhecimento pragmático ou científico<sup>3</sup>, aceita-se, na perspectiva deste trabalho, a colocação de Muniz Sodré segundo a qual o jornalismo, como modalidade de conhecimento, “não está na esfera da ciência, nem na superficialidade do senso comum” (SODRÉ, 2009: 62). Por assim dizer, a atividade jornalística pode então ser entendida como uma construção cultural mais ampla que atua na disseminação de padrões simbólicos e na produção de sentidos socialmente aceitos.

Nem puro conhecimento racional, nem mero senso comum, o jornalismo recupera, portanto, o velho debate filosófico entre “doxa” e “episteme” – ou seja, entre “senso comum” e “intelecto”. Assim configura-se, pois, como dito, ao mesmo passo em que a atividade jornalística inscreve sua concepção de verdade vinculada a um sentido “doxal”, ela também transcodifica e dissemina padrões culturais vinculados à experiência racional moderna. Nesta perspectiva, a concepção de “doxa” reveste-se de importância na compreensão dos sentidos disseminados pela atividade jornalística. Ruth Amossy, ao tratar especificamente sobre a prática comunicativa, chamou atenção ao fato de que nenhum discurso difunde-se na sociedade se não encontrar paralelo em padrões culturais consensualmente estabelecidos. A esse respeito, ressaltou a autora:

A ideia prévia que se faz do locutor e a imagem de si que ele constrói em seu discurso não podem ser totalmente singulares. Para serem reconhecidas pelo auditório, para parecerem legítimas, é preciso que sejam assumidas em uma “doxa”, isto é, que se indexem em representações partilhadas. É preciso que sejam relacionadas a modelos culturais pregnantes, mesmo se se tratar de modelos contestatórios (AMOSSY, 2005: 125).

Reconhece-se aqui, portanto, a hipótese de que o jornalismo, entendido na concepção de Roland Barthes (1988) como uma modalidade de discurso encrático (ou seja, que age em consonância com a “doxa”), atua por meio de sua produção de sentido sobre os paradoxos do mundo social (ou, em outros termos, sobre os elementos simbólicos que rompem com a ordem simbólica consensualmente estabelecida – e por isso, são “para-doxais”), planejando-os e devolvendo-os ao sentido consensual.

das diferentes edições de um periódico. A universalidade trata da abordagem dos mais diferentes campos do conhecimento humano efetuada por um veículo. E, por fim, a difusão coletiva diz respeito à circulação dos periódicos por diversificadas camadas sociais distribuídas cultural, econômica e geograficamente de modo heterogêneo. As principais partes do estudo de Groth foram sistematizadas e traduzidas em Língua Portuguesa por Bueno (1972).

<sup>3</sup> Sobre este aspecto, ver Genro Filho (1986).

Assim, segundo Muniz Sodré (2009: 69), para além da objetivação dos fatos da atualidade cotidiana, o discurso informativo constitui uma narrativa das práticas humanas – ou, nas próprias palavras do autor, “à emergência da ocorrência ou fato em bruto, segue-se a busca social de sentido para ela e, finalmente, a sua neutralização explicativa pela narrativa do acontecimento”. Completou Sodré: “a narrativa noticiosa restaura uma falha e confirma a previsibilidade da ordem por meio da inscrição do ocorrido na causalidade do fato social” (SODRÉ, 2009: 71). Trata-se, portanto, de um constante processo de explicação dos paradoxos cotidianos, seguido da restauração de seus sentidos “doxais”.

**6. A operacionalização no plano discursivo**

**Figura 1:** Reprodução de cartum: Frank e Ernest, de Bob Thaves  
Fonte: *O Estado de S. Paulo*, de 29 de março de 2011, Caderno 2, p. D3.



**Figura 2:** Reprodução de cartum: Frank e Ernest, de Bob Thaves  
Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 11 de março de 2011, Caderno 2, p. D4.

Um olhar atento aos personagens Frank e Ernest, criações do cartunista norte-americano Bob Thaves e inseridos aqui como uma espécie de epígrafe ao debate, permite ao menos duas reflexões pertinentes. Primeiramente, se entendida para além dos limites do próprio cartum, a afirmação presente na tira inicial – “O mundo não vai acabar amanhã”, como manchete jornalística – preenche-se de caráter anedótico exatamente pela carnavalização que

**Jornalismo, racionalidade e senso comum: fundamentos reflexivos sobre a atenuação dos paradoxos cotidianos pela atividade noticiosa**

proporciona na relação simbólica entre “doxa” e paradoxo. Deste modo, ao materializar-se como manifestação típica da ordem simbólica estabelecida (já que a tendência consensual é a de que o mundo não acabará amanhã), a manchete em forma de anedota coloca em relevo o outro lado da relação: o de que os valores-notícia, por assim se constituírem, revestem-se necessariamente de aspectos paradoxais em sua natureza narrativa. O segundo cartum, por sua vez, embora se inscreva também no plano do humor, remete a uma relação simbólica ainda mais profunda: o sentido de ordenamento cotidiano disseminado pela prática jornalística na atenuação dos paradoxos cotidianos.

De que maneira, entretanto, tal relação se operacionaliza no plano discursivo?

Roland Barthes (1988), prosseguindo em sua elaboração sobre as linguagens sociais, possibilitou uma interessante pista explicativa. O autor francês identificou os modos como se estabelecem, na prática, as disputas entre os chamados discursos “enclíticos” e “acráticos”. Trata-se, na metáfora de Barthes, das “armas discursivas” operadas pelos socioletos na “guerra das linguagens”. Tais “armas” (ou modos de operacionalização) podem ser sistematizadas nos seguintes argumentos: (1) todo sistema de discurso estrutura-se como uma representação teatral – uma encenação de argumentos, embates e réplicas – que permite ao interlocutor “levar ao palco” apenas aquilo de seu interesse; (2) existem formas parciais de discurso que visam a “fechar” o sistema para o “outro”, ou melhor, permitem a inclusão do “diferente” no discurso “doxal”, mas sempre como um objeto estranho, visando a excluí-lo da comunidade que compartilha o “código forte” da linguagem; e (3) a própria estrutura da língua, com sua hierarquia rígida (sujeito-objeto) e acabada (início, meio e fim), torna-se imperativa, um operador de intimidação aos discursos estabelecidos fora do consenso simbólico (tais como os discursos não formais e/ou aqueles instituídos em outros lugares de saber para além da objetividade racional).

Neste sentido, o entendimento do discurso jornalístico como uma modalidade de discurso enclítico, proposta de Roland Barthes aqui aceita, possibilita algumas reflexões necessárias. Reforça-se a ideia de que o jornalismo, visto em consonância com a noção aristotélica de “doxa”, pode ser compreendido como um modo particular de prática cultural que atua simbolicamente no sentido de preservação de uma determinada ordem consensual. Procura, deste modo, atenuar os discursos acráticos – “para-doxais” – da sociedade por meio de um ordenamento sistematizado do cotidiano. Nos termos das “armas discursivas” de Barthes (1988), age em diferentes aspectos: seja por seus processos de angulação, enquadramento e edição, que “levam ao palco” apenas as temáticas de seu interesse; seja pe-

las “figuras de sistema”, que procuram incluir o “outro” (as minorias, os excluídos, os movimentos reivindicatórios e contra-hegemônicos, enfim, os paradoxos) em seu discurso como um objeto estranho aos sentidos “doxais”; seja, ainda, pela própria estética e expressão de sua linguagem, que reproduz os padrões culturais baseados na experiência racional vigente na sociedade.

No interior desse aspecto que tem hipoteticamente orientado o *éthos* do jornalismo moderno, a atividade jornalística configura-se, então, como uma prática cultural particular cuja produção de sentido resulta na “diluição” – desconstrução e posterior explicação – dos paradoxos (fatos inauditos) que rompem com a ordem simbólica estabelecida na vida cotidiana. A argumentação de Roland Barthes (1988) colaborou ainda para a compreensão de um possível “esforço narrativo” realizado pelo jornalismo na captura dos paradoxos do mundo fenomênico e em sua posterior inclusão nos sentidos “doxais” que compõem uma espécie de regularidade no cotidiano. Assim, os acontecimentos dotados de “valor-notícia” podem ser entendidos como os elementos rompedores da ordem simbólica estabelecida e o jornalismo, por meio de sua racionalidade e regularidade narrativa, o atenuador dessas “bifurcações” no senso comum – tal como ilustraram os personagens do cartunista Bob Thaves.

Encontra respaldo nessa chave explicativa, enfim, os modos como o jornalismo se apropria dos sentidos mais paradoxais de seus valores-notícia. Ao lado do noticiário diário, encontram-se seções, colunas, “boxes” e infográficos analíticos sob o rótulo de “entenda o caso”, cujo chamariz principal apresenta um sentido simbólico comum: retomar a ordem que previamente estava ali consolidada. Do mesmo modo, colunistas especializados e analistas de diferentes áreas projetam suas explicações – aparentemente sedimentadas em aspectos da objetividade racional – para capturar o sentido caótico que insiste em perturbar a harmonia simbólica e, na sequência, devolvê-lo aos sentidos “doxais” respaldados pela sociedade. Consiste, portanto, num ordenamento do fluxo confuso da vida a partir de sua divisão, descrição e concatenação (com início, meio e fim) – ou, nos termos de Moretti (2003: 21), de um processo de racionalização da existência, primeiro passo para dominá-la.

Por sua vez, a temporalidade métrica e cronológica, fruto da experiência racional na modernidade, também dissemina na prática jornalística um sentido explicativo aos paradoxos cotidianos. Nas palavras de Martín-Barbero (2003: 144), o tempo da produção capitalista, caracterizado pela abstração em oposição à coletivização do antigo tempo cíclico, “desvaloriza socialmente o tempo dos sujeitos – individuais ou coletivos – e institui um tempo único e homogêneo – o dos objetos – fragmentável mecanicamente,



### Jornalismo, racionalidade e senso comum: fundamentos reflexivos sobre a atenuação dos paradoxos cotidianos pela atividade noticiosa

tempo puro”. Essa nova temporalidade é irreversível e passa a se configurar como “o tempo geral da sociedade e da história” – história cuja razão, segundo Martín-Barbero, “suprime toda alteridade ou a torna anacrônica”.

Na temporalidade racional-moderna que se projeta também no discurso jornalístico, não há, portanto, espaço para a alteridade. Esta, traduzida em paradoxos, deve ser explicitada, esmiuçada e explicada objetivamente. Ao configurar-se como uma modalidade discursiva “encrática”, a linguagem jornalística constitui-se um discurso pleno, consensual – e por isso pouco identificável – que limita o espaço ao “outro” (BARTHES, 1988). Porém, a alteridade, segundo expôs Barthes, não deixa de ser incluída no discurso “doxal”, mas é interpretada sempre como “diferente”, algo estranho aos sentidos consensualmente estabelecidos.

Reconhece-se ainda que a abordagem racional dos paradoxos sociais – e a consequente devolução dos mesmos aos sentidos da “doxa” – lança mão, no plano simbólico, de um processo de racionalização da abstração do tempo a partir de seu fracionamento. Neste sentido, ao recuperar as reflexões do sociólogo alemão George Simmel, expôs Muniz Sodré: “A determinação do tempo abstrato pelos relógios como a do valor abstrato pelo dinheiro fornece um esquema de divisões e de medidas extremamente apuradas e seguras” (SODRÉ, 2009: 85).

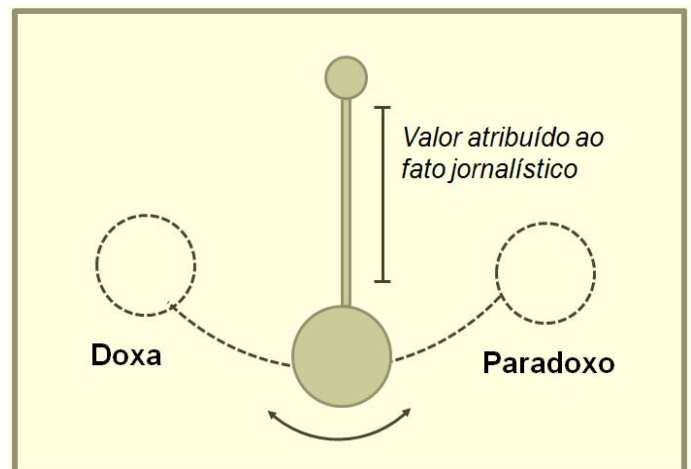
Pode-se, então, considerar, a partir da hipótese teórica adotada neste trabalho, que a própria divisão dos jornais tradicionais<sup>4</sup> em seções e cadernos específicos – métrica e cronologicamente segmentados, caracterizados por regularidades temporais próprias (diários, semanais, quinzenais etc.) – ajuda a compreender o particular sentido de ordenamento cotidiano disseminado pela prática noticiosa. Para os leitores cotidianos, consiste na tarefa diária de “virar a página” do jornal e visualizar, uma após a outra, abordagens “racionais e objetivas” dos acontecimentos cotidianos, sem se deparar – dia após dia – com surpresas drásticas. Mais além, representa o acesso controlado ao “caos” dominado pela racionalidade jornalística. Eis, assim, a seriedade e a regularidade traduzidas em confiabilidade e método, em ordem e clareza – condutas de uma vida sólida e responsável que, nas palavras de Franco Moretti (2003: 20), configuram “a pedra angular do mundo burguês”.

#### 7. Jornalismo, “Doxa” e paradoxos: uma relação pendular

Sugere-se, finalmente, que a relação entre jornalismo, senso comum e paradoxos sociais deve ser inserida num qua-

dro interpretativo particular. Reconhece-se, neste sentido, a analogia proposta por Muniz Sodré entre a prática jornalística e a pontuação rítmica de uma composição musical. Argumentou o autor: “os microaspectos do fato, como as notas, fluem ritmicamente dentro de uma ‘métrica’, que é a temporalidade marcada como ‘o cotidiano’” (SODRÉ, 2009: 92). Por sua vez, essa pontuação rítmica possui ciclos diferenciados, sendo que “toda notícia tem um ciclo, cuja duração varia, na prática, de acordo com o valor jornalisticamente atribuído ao fato” (SODRÉ, 2009: 94).

Tal relação metafórica proposta por Sodré possibilita, na concepção deste trabalho, a elaboração de uma nova metáfora, de analogia cinética, baseada num movimento pendular instituído no plano simbólico: ao passo em que depende dos paradoxos cotidianos (traduzidos em valores-notícia) para construir sua estrutura discursiva, a atividade jornalística também se estabelece como uma prática cultural essencial para o ordenamento cotidiano. Ou seja, ao transcodificar e, ao mesmo tempo, disseminar padrões culturais de racionalidade, frutos da experiência moderna, o jornalismo – inscrito no senso comum – atenua o sentidos paradoxais da narrativa cotidiana, racionalizando-os e devolvendo-os à ordem consensual, conforme ilustra o seguinte modelo gráfico:



**Figura 3:** Modelo gráfico da relação entre jornalismo, *doxa* e paradoxo

Fonte: diagrama elaborado livremente para finalidade deste trabalho.

Recorre-se, assim, visando à conclusão do debate proposto, às palavras de Wilson Gomes (2009: 15): “através das notícias o mundo deixa de ser o complexo das coisas e pessoas que formam o meu círculo existencial para tornar-se, para além deste, um horizonte”. Tal horizonte, contudo, depende de um “acordo tácito entre consumidores de notícia e jornalismo” que “finda por estabelecer o limite entre o que existe e é digno de menção e o que não existe

<sup>4</sup> No caso do Brasil, tais como *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*.



**Jornalismo, racionalidade e senso comum: fundamentos reflexivos sobre a atenuação dos paradoxos cotidianos pela atividade noticiosa**

ou não merece atenção” (Gomes, 2009: 15). Trata-se, portanto, de uma espécie de contrato instituído no plano discursivo, segundo o qual, “sem sujeitos de percepção, inexistente acontecimento” (SODRÉ, 2009: 34).

Finaliza-se, desta forma, com uma importante ressalva: embora se reconheça a relação estabelecida no plano simbólico entre a atividade jornalística e a atenuação dos para-

doxos cotidianos, tal relação depende de negociações discursivas entre as peculiaridades do veículo em questão e seu público. Deste modo, as concepções de paradoxo e ordem consensual (componentes do movimento pendular instituído pelo jornalismo) não se projetam na realidade concreta de forma constante ou inequívoca, mas, como debatido, são culturalmente construídas a partir diferentes variáveis socioculturais e diferentes contratos comunicativos.

**Referências**

AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do éthos*. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005.

ARISTÓTELES. *Tópicos*. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Coleção “Os Pensadores”).

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2009.

\_\_\_\_\_. *Sobre a televisão*. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BUENO, Wilson da Costa. *O jornalismo como disciplina científica: a contribuição de Otto Groth*. São Paulo: ECA/USP, 1972.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2003.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da Pirâmide*. Porto alegre: Tchê, 1986.

GOMES, Wilson. *Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teorias do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2009.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Tradução de Ronald Polito e Sergio Alcides. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

MORETTI, Franco. O século sério. Tradução de Alípio Correa e Sandra Correa. *Novos Estudos*, n. 65, p. 3-12, São Paulo, março, 2003.

PLATÃO. *Diálogos: o Banquete – Fédon – Sofista – Político*. Tradução de José Cavalcante de Souza, Jorge Paleikat e João Cruz. Costa. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991 (Coleção “Os Pensadores”).

SODRÉ, Muniz. *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis: Vozes, 2009.